

AMAZÔNIA AMEAÇADA: Desemprego é desculpa para justificar corte predatório, desrespeitando as leis que protegem a floresta

Empresários da madeira ganham apoio de políticos

Passeata comandada por deputado contra a apreensão de toras clandestinas leva o Ibama a transferir posto de cidade

Marcelo Sávio

Chico Otavio e Vannildo Mendes

Enviados especiais

● CUIABÁ, BELÉM e MANAUS. Passeatas, distribuição de folhetos, protestos em Brasília e outras formas de pressão. Instrumentos até então usados pelos ambientalistas, para protestar contra a devastação da Amazônia, passaram agora a servir para defender a derrubada das árvores e a desobediência à legislação ambiental. À medida em que cresce, a atividade madeireira ganha um barulhento e organizado braço político, que mobiliza vereadores, deputados e outras autoridades em defesa do direito de devastar.

— Não estou fazendo apologia da destruição do meio ambiente. Estou apenas defendendo o ser humano — alega o deputado Euler Ribeiro (PFL-AM), que comandou ano passado uma passeata em Benjamin Constant, no Alto Solimões, em protesto contra a apreensão pelo Ibama de 23 mil metros cúbicos de madeira clandestina no Rio Javari.

Da fronteira do Brasil com a Colômbia ao Congresso o discurso se repete. Entre respeitar a lei, considerada rigorosa demais e fora da realidade da floresta, e proteger os predadores da floresta, um número expressivo de políticos regionais está optando pela rebeldia. Depois da passeata, a revolta da população de Benjamin Constant foi tão grande que obrigou o Ibama a transferir o posto para Tabatinga, a uma hora de barco.

Há casos em que os políticos estão diretamente comprometidos com a causa que defendem. O vereador Elias Rachid Savoy, conhecido como Elias Fiscal na pequena Guarantã do Norte (MT), a 725 quilômetros de Cuiabá, encabeça um movimentado comércio de toras de mogno, cuja extração está proibida há quase dois anos pelo Decreto 1.963 (a moratória do mogno). Ano passado Elias organizou uma passeata na cidade, com o apoio do deputado estadual Pedro Satélite (PMDB), para protestar contra a Operação Macaú, que uniu fiscais do Ibama, agentes federais e helicópteros da FAB contra a extração clandestina de madeira e outras agressões à floresta. Houve distribuição de folhetos para repudiar o apoio da FAB, que mantém uma base perto da cidade, e para conclamar todos os madeireiros da região a brigarem pelas toras apreendidas. Funcionário do Governo do Mato Grosso, Elias chegou a alegar que a madeira, se liberada, seria usada para saldar a dívida dos madeireiros com o estado.

Localizado pelo GLOBO, Elias não quis falar sobre o assunto. Mas o deputado Satélite explicou por que participou do protesto: — A madeira apreendida já não tinha salvação. Não voltaria a ser árvore viva novamente.

Para deputado, presença de fiscalização traz problemas

Para Satélite, a presença de fiscais do Ibama é sinal de problemas para a sua região (Norte do Mato Grosso). Segundo ele, a fiscalização não pode inviabilizar economicamente as cidades. — Não é preciso derrubar muita madeira para manter uma serraria, desde que haja recursos do Governo para fazer o aproveitamento total das toras. O grande destruidor na Amazônia não é o madeireiro, mas o latifundiário, que taca fogo na mata para fazer pasto.

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), não abre mão da atividade madeireira no estado, segundo item na pauta de exportações, perdendo apenas para o setor de minérios. Mas prega a exploração auto-sustentável, com o mínimo de danos ambientais e o replantio das espécies exploradas.

Gabriel tem sido acusado por ONGs ambientalistas de ter apoiado a política ecológica e permitido o avanço do desmatamento. Mais de 50% de toda a área devastada na Amazônia estão concentrados no Pará. Maior madeireira do mundo, com atuação em mais de dez países e um capital estimado de US\$ 2,5 bilhões, a empresa

Rinbunham Hijau, da Malásia, entrou na Amazônia brasileira em 97 a convite do governador e, segundo o diretor-executivo Sérgio Menezes, com plenas garantias de funcionamento. O próprio Gabriel chefiou uma missão empresarial que visitou a Malásia em 96.

— Eu ofereci os 12 milhões de hectares devastados para que eles reflorestem e retirem dali a madeira — explica o governador.

Para Gabriel, se os malaios estiverem dispostos a investir em projetos produtivos, com práticas rigorosas de manejo, na área degradada, serão bem-vindos e terá as mesmas garantias dos grupos canadenses e americanos que já atuam no estado.

— Se o objetivo for destruir mais floresta, eles podem tomar o caminho de volta — avisa.

O prefeito de Itacoatiara (AM), Miron Fogaça, também está de olho no capital asiático. Madeireiro, ele visitou a Malásia a convite dos empresários do país dispostos a investir na Amazônia.

— Não é empresa madeireira que destrói, mas a pecuária e a agricultura — alega.

O deputado Euler reclama que, antes de cobrarem alguma coisa dos amazonenses, os críticos da devastação deveriam se preocupar com a quantidade de moradores da região desempregados, principalmente depois que a Zona Franca de Manaus se retraiu.

— Isso gerou grande problema social. Só há cem mil pessoas empregadas num universo de 1,5 milhão. As leis são muito rigorosas. Para extrair madeira, tem que ter projeto de manejo aprovado pelo Ibama. Os projetos levam anos para ser aprovados, custam em torno de US\$ 100 mil. Ninguém tem esse dinheiro. O homem da fronteira nunca aprendeu outra coisa, a não ser sobreviver da floresta. O homem com dez filhos pode se tornar um marginal — argumenta Euler.

Lobista: Governo não pode proibir desmatamento

O deputado Osmir Lima (PFL-AC), um dos líderes mais atuantes dos madeireiros no Congresso, vai propor a manutenção da aliança com o MST e outras organizações de esquerda para derrubar o relatório da comissão da Câmara que investiga a atuação das madeireiras. O relatório acusa o atual modelo de reforma agrária de produzir graves danos ambientais na região e defende uma moratória de dez anos no desmatamento. Em troca da exclusão da questão dos sem-terra na Amazônia, o deputado oferece apoio à reforma agrária:

— Defendo uma ampla reforma agrária capaz de acomodar os sem-terra e trazer de volta os que foram viver em condições abjetas na periferia das cidades.

Segundo o deputado, a comissão foi criada para investigar a atuação de madeireiras asiáticas, e não para julgar a reforma agrária. Osmir acha a proposta de moratória absurda e que o relatório tem ranço ambientalista, desconsiderando que na região existem 20 milhões de pessoas e que a Amazônia tem um potencial de desenvolvimento que não pode ser desprezado. Ele quer ampliar a liberdade para atuação das madeireiras, nos limites da lei. Em vez de moratória, o Governo realizaria, no prazo de dez anos, um completo zoneamento da Amazônia, fixando critérios de ocupação territorial, as áreas onde pode haver atividade econômica e aquelas que devem ser totalmente ou parcialmente preservadas.

Osmir disse que o Governo não pode impedir o desmatamento porque, além de necessário ao processo de desenvolvimento da região, é uma atividade legítima dentro do direito de propriedade. Um controle linear também é inviável na região porque, segundo ele, há estados, como o Acre, em que 94% do território são cobertos por mata nativa.

— Tudo o que se faz no país é proibido na Amazônia. O Governo prefere proibir a criar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Estão querendo fazer omelete sem quebrar os ovos — criticou. ■



A PONTE CLANDESTINA erguida por madeireiros para escoar mogno retirado ilegalmente da Serra do Cachimbo, depois de bombardeada por caças da FAB.

Madeireiros atacam área da Aeronáutica

Caças bombardeiam ponte erguida em campo de provas para escoar mogno roubado

● SERRA DO CACHIMBO (PA). A primeira bomba errou o alvo, mas a segunda, lançada de um caça AMX, atingiu em cheio um dos símbolos da ousadia dos contrabandistas de mogno. Como numa cena de guerra real, a ponte alvejada pelo mais moderno avião de combate brasileiro ligava o front à retaguarda "inimiga". Construída por madeireiros, servia para a retirada de toras de mogno roubadas de uma área de testes da FAB de 21 mil quilômetros quadrados (quase do tamanho de Israel), na Serra do Cachimbo, onde os últimos vestígios de mata fechada no Sul do Pará resistem à ação humana.

Esgotadas as reservas de mogno em terras particulares, os contrabandistas da madeira mais valorizada no Brasil estão agindo, agora, dentro de áreas militares e reservas indígenas na Floresta Amazônica, principalmente no Sul do Pará e no Norte do Mato Grosso. A ação dos predadores do mogno não tem limites. Dados fornecidos pela Funai à comissão externa da Câmara que investigou as madeireiras revelam que pelo menos 60 áreas indígenas do país, a maioria delas da Amazônia, vêm sofrendo o assédio persistente dos madeireiros.

Erguida com requinte técnico, a ponte usada para drenar madeira roubada do Campo de Provas Brigadeiro Velloso, na Serra do Cachimbo, tinha 70 metros de comprimento e capacidade para veículos de até 50 toneladas. Ao descobrir o acesso clandestino durante um voo de patrulhamento, em 96, a Aeronáutica decidiu inutilizá-la imediatamente. Transformou-a em alvo para os caças que fazem treinamento de ataque e defesa.

Investigações realizadas pelo comando da base demonstraram

que já havia um esquema de "venda" de lotes de terra dentro da área militar para pessoas interessadas na retirada de madeira. Estradas clandestinas garantiam o acesso à BR-163 (Cuiabá-Santarém). Numa casa construída pelos invasores dentro do campo de provas oficiais encontraram um mapa da área dividida em lotes.

Quando o esquema foi descoberto, os invasores procuraram mobilizar políticos locais, a quem ofereceram lotes da área, para consolidar a ocupação. A FAB, contudo, agiu mais rapidamente. Com as coordenadas fornecidas pela tripulação do helicóptero-patrolhador, dois caças (F-5 e AMX) decolaram para o local com a

missão de destruir a ponte. Disparada pelo caça F-5, a primeira bomba errou o alvo. Explodiu a 50 metros de distância, abrindo um pequeno buraco na mata. Mas a segunda foi certeira. Arrancou o piso da ponte, sem derrubá-la. Mesmo ainda de pé, a construção ficou inutilizada.

O AMX é um moderno caça-bombardeiro tático que começou a equipar a FAB em 1989. Projetado e fabricado pelo consórcio formado pela Embraer, Alenia e Aeromacchi (as duas últimas italianas), a aeronave cumpre no Brasil missões de ataque a objetivos de superfície sobre ou por trás das linhas de frente.

Alvo da cobiça dos traficantes de mogno e garimpeiros, o Campo de Provas Brigadeiro Velloso é considerado área nobre pelo Ministério da Aeronáutica, pela possibilidade que oferece para treinamento operacional dos pilotos de combate, além de servir como área de testes de armamentos desenvolvidos pelo Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento, através do Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Desde 96 os militares responsáveis por sua administração tiveram de dividir suas atenções entre os testes estratégicos e a ameaça representada pelos grileiros.

A Aeronáutica contabiliza 600 metros cúbicos de mogno apreendidos na área, além de 600 toras de outras espécies de árvores de valor comercial, apreendidas há dois anos. Essa madeira até hoje encontra-se sob a guarda da FAB, mas os madeireiros estão tentando liberá-la na Justiça, alegando que cortaram a madeira fora e a levaram para o campo. ■

● AMANHÃ: As iniciativas para salvar a floresta da destruição

CORPO A CORPO

AMAZONINO MENDES

'É melhor não fazer nada'

● Entre incentivar as madeireiras, gerando mais empregos, e preservar a floresta e sua imagem política, o governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), diz que escolheu a segunda opção.

O GLOBO: No passado, o senhor distribuiu motosserras. Hoje está arrependido?

AMAZONINO MENDES: O assunto já passou e meu conceito internacional é excelente. Não dei motosserras para os madeireiros, mas para os caboclos, para eles sobreviverem. Aquilo era a modernidade na mão deles, que estavam escavados pelo cabo do machado. Eles não devastaram nada. Não houve acréscimo de um milímetro na devastação. Foi um ato de coragem.

● O senhor incentiva a atividade madeireira no Amazonas? AMAZONINO: O Brasil é muito desinformado. Embora o setor madeireiro represente muito pouco em nossa economia,

qualquer ação que se faça, por mais criteriosa, estabelece o pânico. É melhor não fazer nada. O prejuízo para a imagem termina sendo mais sério do que a vantagem para nossos municípios.

● Como as madeireiras asiáticas estão sendo recebidas no estado?

AMAZONINO: Logo que surgiu o interesse das empresas da Malásia de fazer investimentos na Amazônia, criamos uma lei de exploração florestal. Elas queriam a bênção do estado e a cessão de áreas. Houve um caso, um projeto tentador de R\$ 207 milhões, que se casava com a nossa tese desenvolvimentista. Mas, como envolvia silvicultura (exploração de florestas), tivemos o cuidado de informá-los de que iríamos fazer uma lei rigorosíssima sobre extração de madeira, inclusive com a participação da uma ONG de conceito internacional. Ficaram de dar uma resposta e não voltaram mais.